
SIGNIFICADO DO TRATADO DE TORDESILHAS

Adão da Fonseca

SIGNIFICADO DO TRATADO DE Tordesilhas

Quando, em 4 de Março de 1493, Cristóvão Colombo entra no rio Tejo, no regresso da sua primeira viagem, o debate luso-castelhano que se abre neste momento, e que só se decidirá ano e meio depois, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, constitui um momento fulcral na história do Oceano Atlântico.

Tal debate ultrapassa a mera discussão das questões pontuais abordadas no encontro que teve lugar, poucos dias depois, entre Colombo e D. João II. De acordo com a versão do próprio genovês, confirmada pelo relato de Rui de Pina, o rei de Portugal teria reivindicado para si a soberania das ilhas recém-descobertas, considerando que estas se encontravam a sul da fronteira acordada no Tratado das Alcáçovas-Toledo (1479-1480). Com efeito, segundo o estipulado nesse Tratado, pertenceriam à monarquia portuguesa as terras descobertas ou a descobrir situadas a sul do paralelo mais meridional do arquipélago das Canárias, ficando para Castela o espaço a norte da mesma linha imaginária. Neste sentido, a viagem de Colombo levantou uma primeira questão, de carácter técnico: a viagem horizontal de 1492 teria respeitado o estipulado no Tratado das Alcáçovas-Toledo?

A sequência das negociações, das ameaças e das propostas, bem como a saída encontrada para a resolução do problema, são aspectos bem conhecidos. Sucedem-se as embaixadas de ambos os lados. Tudo se discute, a ponto de, em algum momento, Castela propor o retomar das negociações a partir do ponto zero. Entretanto, a intervenção papal, concretizada em várias bulas, constitui um claro apoio às posições castelhanas. Finalmente, acorda-se uma nova linha divisória, de carácter meridiano, situada a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde.

São estes os termos do assinado em Tordesilhas, em Junho de 1494:

[Q]ue se faça e assine pelo dito mar oceano uma meia raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita como dito he, a 370

lêguas das ilhas de Cabo Verde para a parte de poente [...]. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dicto senhor Rei de Portugal e por seus navios assim ilhas como terra firme, desde a dita raia e linha dada na forma acima dita, indo pela dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores para sempre jamais.

A primeira vista, trata-se de uma divisão do Mundo — o mundo conhecido e o mundo a descobrir — entre duas coroas. O espaço geográfico a dividir era o oceano Atlântico, as terras e ilhas nele situadas; era este o espaço realmente em disputa.

No entanto, como afirmei no princípio, a questão de fundo é muito mais ampla — aponta para a definição e concepção do próprio Oceano. Por isso, o acordado em Tordesilhas constitui um marco decisivo na história do Atlântico que, por tudo o que nele se encontra subjacente, implica e afecta simultaneamente a compreensão de toda a sua evolução, tanto anterior como posterior. Na verdade, neste Tratado, se estão patentes os problemas e os fundamentos medievais do Oceano, também na solução encontrada vão estar presentes todas as coordenadas que caracterizarão a evolução moderna do mesmo espaço. Vejamos em que medida isso acontece.

Na história do oceano Atlântico é possível distinguir duas fases fundamentais:

Há um primeiro momento, com raízes antigas, que remonta aos últimos anos do século X, com as viagens dos escandinavos ao continente americano. Estas viagens situam-se no âmbito do que se poderia considerar a viagem oceânica a partir dos «mediterrâneos europeus»; neste ponto de vista, o Báltico funciona como um «outro Mediterrâneo» do Norte da Europa.

Assim, este primeiro Atlântico escandinavo é, a seu modo, o espaço matricial do Oceano medieval, cuja história se vai desenvolver ao longo dos quatro séculos seguintes: a navegação no Báltico e na Mancha, comunicações marítimas ao longo da faixa ocidental europeia, navegações costeiras entre o Mediterrâneo e o espaço oceânico que bordeja a Península Ibérica, a França e o Noroeste europeu. Por isso, pode-se hoje dizer que, assumindo esta

herança, o Atlântico é um mar velho de cerca de mil anos, cuja primeira fase de existência se desenvolve ao longo das cinco primeiras centúrias.

No século XV, as viagens dos primeiros navegadores (portugueses, italianos, logo a seguir castelhanos) revestem-se de especial significado. Para além das inegáveis novidades tecnológicas e culturais que estas navegações implicam (viagens ao longo da costa ocidental africana, no Atlântico meridional da rota do Cabo, na descoberta das ilhas) há algo de mais profundo em todas elas: é a ruptura na concepção que o homem europeu faz do Oceano. Desta mutação radicam, no fundo, as raízes do Atlântico Moderno.

Nesta perspectiva, as viagens quatrocentistas revestem-se de um duplo significado: por um lado, representam o encerramento de um primeiro momento na história do Oceano, amplo momento de cerca de cinco centúrias que, obedecendo aos cânones e à visão do Atlântico clássico, preenchem o período medieval. Mas, por outro lado, estas mesmas viagens quatrocentistas apontam para o dealbar de um segundo ciclo, o do Atlântico Moderno, que se vai desenvolver por um período de extensão semelhante. Por esta razão, as navegações quatrocentistas (tanto as patrocinadas pelo Infante D. Henrique e pelo rei D. João II, como as de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama) não representam tanto o início do Atlântico, quanto o desencadear de uma nova fase da sua história. Por isso, comemorar os 500 anos da assinatura do Tratado de Tordesilhas (expressão da mutação ocorrida no século XV) aponta simultaneamente para os 500 anos que o mesmo Tratado encerra, situando assim a sua evocação no entrosamento de uma memória oceânica de dez séculos. Por isso, a comemoração de Tordesilhas não pode deixar de remeter para o milénário do próprio Oceano.

Como disse, as viagens dos descobrimentos quatrocentistas implicaram uma profunda mutação na concepção que o homem europeu faz do oceano. Nesta ordem de ideias, se o mar, espaço físico que perdura igual a si mesmo para além dos séculos, não tem história, em contrapartida o horizonte marítimo onde o homem navega, protagoniza experiências inéditas, e constrói as sociedades que no seu âmbito se desenvolvem, tem cronologia. Nesta cronologia, o século XV e, já no seu termo, o acordado em 1494, representam um momento fundamental. E isto por três ordens de factores, visíveis em Tordesilhas, tanto nas discussões levadas a cabo como na solução encontrada.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer o considerável alargamento das dimensões do espaço físico conhecido. Se o Atlântico Medieval era a rota das

comunicações costeiras entre portos e regiões previamente conhecidas, a herança presente em Tordesilhas alargou estas rotas até à Guiné, ao Atlântico Sul e às ilhas oceânicas que, da Madeira e Cabo Verde, se estendem até às Antilhas.

Em segundo lugar, o Atlântico perde o carácter de mar aberto, indefinido (é o «mar ocidental» da tradição clássica), adquirindo uma nova dimensão espacial enquadrável em termos geográficos. Se, no período medieval, este «mar ocidental» era a costa que se apresentava como referência de uma navegação que ainda não tinha perdido o seu modelo mediterrânico, agora, em finais do século XV, as necessidades de navegação no mar alto e em distâncias muito superiores implicam a utilização de instrumentos mentais e tecnológicos muito diferentes.

Com efeito, navegar num espaço em que a referência costeira, dominada pelos portos conhecidos, constitui o horizonte do marinheiro (como acontece nos portulanos medievais) é muito diferente (em certa medida é mesmo o oposto) de navegar no alto mar, onde a localização é feita pelas coordenadas da latitude, logo abstractas, independentes, portanto, dos lugares concretos que povoam a geografia oceânica.

Em terceiro lugar, como consequência das viagens para a Guiné e, sobretudo, como consequência da viagem de Bartolomeu Dias, o Atlântico obtém, pela primeira vez, uma personalidade conceptual desconhecida até ao momento. Com efeito, a necessidade de integrar as novas experiências marítimas nos mares meridionais obriga os protagonistas de então — navegadores e políticos, pilotos e diplomatas — a pensar o Oceano, já não tanto como extensão, para Ocidente, do mar e da costa tradicionalmente navegados (como, em certa medida, ainda faz Colombo), mas sim a concebê-lo como o grande espaço marítimo que se projecta para o Sul.

Nesta ordem de ideias, se a cronologia situa o Tratado de Tordesilhas como resultado político e diplomático da viagem de Colombo (se esta não tivesse existido, de facto, teria perdurado a delimitação horizontal plasmada em Alcáçovas-Toledo em 1479-1480), em termos históricos Colombo não surge isoladamente. Quando o descobridor da rota do Cabo regressa a Portugal e informa D. João II do resultado da sua viagem, sem o saber, abre as portas para uma ruptura na história do Atlântico. Ao dizer ao rei que é possível e mais seguro chegar à Índia pelo Atlântico Sul, Bartolomeu Dias provoca o desinteresse português pela rota do Ocidente, isto é, oferece, indirectamente, a Castela esta mesma rota. Por isso, a expedição de Colombo

de 1492 ao serviço dos Reis Católicos é, de algum modo, consequência natural do que aconteceu em 1487-1488. Se da viagem de Colombo nasce o espaço das rotas horizontais para a América, das viagens de Bartolomeu Dias, e mais tarde de Gama e de Cabral, nasce a ideia moderna do Atlântico. No fundo, é este o tema em debate entre 1493 e 1494; o que se regulamenta em Tordesilhas em Junho de 1494 é o conflito entre as duas visões do Oceano. Neste sentido é legítimo dizer que, ao contrário do que aparentemente se pode pensar, Colombo é *filho* de Bartolomeu Dias.

É esta a grande e fundamental herança de Tordesilhas. Através dele, o Oceano do futuro vai-se definir por uma dupla coordenada: o seu enquadramento continental e a sua projecção meridiana. Este Tratado surge, assim, como uma expressão diplomática de um acordo que, mercê da sua importância, projectará para o futuro as implicações da nova realidade marítima proporcionada pelas navegações do século XV. Por isso, o Atlântico moderno é fruto da experiência das navegações portuguesas na construção das rotas do Sul: o Atlântico será definitivamente uma unidade marítima (plasmada meridianamente, desde o Norte até ao Sul, na linha situada a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde), como resultado do amplo processo que incorpora o oceano meridional na experiência do homem europeu.

De tudo quanto se disse sobressaem as quatro grandes coordenadas presentes na herança de Tordesilhas: horizonte oceânico meridional, perspectiva meridiana que confere unidade ao espaço Atlântico, enquadramento continental desde a África até à América, acordo luso-castelhano.

Recordar, 500 anos depois, todos estes problemas, não constitui simples esforço de memória. Com efeito, comemorar não é mero exercício lúdico de representação mnemónica de algo que já aconteceu; comemorar é sempre um esforço colectivo por integrar — pessoal e civicamente — a herança do passado na experiência de uma geração. Por isso, o esforço comemorativo é, também, um esforço de prospecção. A qualidade de prospecção do futuro, numa dada sociedade, depende sempre do modo como é representado o passado nessa mesma sociedade. Uma memória histórica deficiente implica sempre uma insuficiente definição de objectivos. Porque só a memória histórica possibilita a cada sociedade a capacidade de olhar para além do presente: a história é, no fundo, a disciplina, que capacita o homem para *pensar com rigor aquilo que não tem na sua frente*. Através dela, o homem aprende a libertar-se correctamente do presente; por outras palavras, só no rigor com que se evoca o passado se ganha a capacidade de perspectivar o futuro.

Neste contexto, reflectir sobre o oceano Atlântico, e sobre as marcas que na sua história deixou a herança portuguesa, reflectir sobre Tordesilhas — momento, herança e perspectiva — pode e deve constituir um esforço rico de virtualidades: integrar, numa visão coerente, o herdado e o ambicionado contrastando, deste modo, os problemas de então e os problemas de hoje.

Assim, no contexto das realidades do mundo actual, terá sentido questionar os problemas do Atlântico Sul em termos que recordem os de há 500 anos atrás? Qual o papel do diálogo luso-espanhol hoje em dia, qual a função de um renovado enquadramento afro-americano, qual a dimensão de uma desejável solidariedade que, numa perspectiva de unidade, aproxime de novo os dois Atlânticos, o do Norte e o do Sul? Admitamos que estas questões mereçam uma resposta positiva, independentemente dos termos em que tal resposta seja dada. Então, a herança de Tordesilhas poderá constituir uma inegável ajuda no ressurgimento de uma matriz de valores, mobilizadora em relação aos desafios que se aproximam.

Pensar Tordesilhas, situando-o como ponto de partida em ordem às comemorações da descoberta do Brasil, pode e deve conduzir-nos a pensar e a comemorar todo o processo de lenta evolução de um espaço marítimo que, com dez séculos de história, adquiriu precisamente há 500 anos a sua personalidade própria.

Se o Atlântico é um espaço geográfico com uma história que merece ser recordada através de Tordesilhas, constitui, assim, o suporte de uma civilização da qual nós, homens de finais do século XX, somos herdeiros directos: é um espaço de navegação e de convivência, é um espaço económico, social e cultural, de que importa ter consciência e que importa revitalizar. Neste contexto, portugueses, africanos e brasileiros têm algo de importante a dizer, como o podem e devem ter espanhóis e latino-americanos.

Nas vésperas do terceiro milénio, dar sentido a esta herança pode ser a grande comemoração de Tordesilhas.

Adão da Fonseca